



INFECÇÕES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE SAÚDE

ORIENTAÇÃO PARA PÚBLICO EM GERAL

Conhecendo um pouco mais sobre infecção

INTRODUÇÃO

A problemática das Infecções Hospitalares ainda consiste em grande desafio para a saúde pública em todo o mundo. Estas infecções prolongam o tempo de internação, aumentam os custos hospitalares e as taxas de mortalidade, além de contribuir para o sofrimento vivenciado pelo paciente e seus familiares.

O termo infecções hospitalares vem sendo substituído nos últimos anos pelo termo Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), no qual a prevenção e o controle das infecções passam a ser considerados para todos os locais onde se presta o cuidado e a assistência à saúde. Sendo assim, o hospital não é o único local onde se pode adquirir uma infecção, podendo existir o risco em procedimentos ambulatoriais, serviços de hemodiálise, casas de repouso para idosos, instituições para doentes crônicos, assistência domiciliar (“*home care*”) e clínicas odontológicas.

Obrigatoriedade de uma Comissão de Infecção Hospitalar

Em 12 de maio de 1998, o Ministério da Saúde decretou a Portaria nº 2.616, a qual mantém a obrigatoriedade da instituição e manutenção de uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) nos hospitais.

A CCIH geralmente é formada por profissionais médicos e enfermeiros especializados. Entretanto, representantes de outras áreas do hospital também podem colaborar com essa Comissão, como os setores de farmácia, nutrição, laboratório, área médica (clínica médica e cirúrgica, obstetrícia, pediatria e cuidados intensivos) e enfermagem.

O que é Infecção?

A pele humana normal é colonizada por milhões de bactérias e fungos, espalhados em diferentes áreas do corpo (couro cabeludo, trato respiratório, axila, trato gastrointestinal, mãos e antebraço) sem causar nenhum dano à saúde. Por exemplo: milhões de bactérias no intestino ajudam a digerir a comida, mas podem tornar-se perigosas ao invadir a corrente sanguínea.

Quando ocorre uma diminuição nas defesas do organismo, os micro-organismos patogênicos (bactérias, vírus, fungos ou protozoários) invadem e penetram no corpo, reproduzindo-se e causando o que é chamado de “doença infecciosa”.

Infecção Relacionada à Assistência a Saúde (IRAS) é qualquer infecção adquirida após a admissão do paciente no hospital. As IRAS também podem se manifestar durante a internação ou após a alta, desde que estejam relacionadas com a internação ou com os procedimentos realizados durante a internação. As IRAS podem também ser relacionadas com procedimentos realizados em ambulatórios, consultórios e outras unidades de atendimento a saúde.

Fatores individuais, como extremos de idade (recém-nascidos ou idosos), obesidade, desnutrição, diabetes, uso de alguns medicamentos (quimioterápicos) e fumo. Além dos fatores relacionados ao paciente, outros fatores podem contribuir e aumentar a chance de adquirir infecções, como por exemplo, o tempo de permanência do paciente nos serviços de saúde (pois quanto maior o tempo de internação, maior o risco de se adquirir infecções), a necessidade de procedimentos invasivos (como o uso de sondas e cirurgias) e o uso excessivo de antibióticos, favorecem a quebra de proteção do organismo, aumentando a chance de infecção.

Os sinais e sintomas são diversos, dependendo da localização da infecção. Febre (maior ou igual a 38°C), tremores e calafrios podem ser sinais importantes de infecção. Em casos de cirurgia: vermelhidão, dor, abertura dos pontos ou saída de secreção ou líquido no local da cirurgia.

Como prevenir as Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde?

A transmissão de micro-organismos patogênicos, ou seja, micro-organismos capazes de produzir doenças ocorrem na maioria das vezes por contato direto (transmitido de uma pessoa a outra por meio do contato direto com as mãos) ou através do contato indireto (objetos e superfícies contaminadas).

Várias medidas possuem eficácia na prevenção de IRAS. Sendo as mãos um possível reservatório de micro-organismos que podem causar infecções, devemos adotar a higienização das mãos como importante aliado na rotina diária. A higienização das mãos é uma das medidas mais importantes na prevenção e controle das infecções. É uma ação simples, rápida e de baixo custo.

Todos os profissionais que trabalham em serviços de saúde, que mantêm contato direto ou indireto com o paciente ou que atuam na manipulação de alimentos ou medicamentos devem sempre higienizar as mãos. Visitantes e acompanhantes também devem seguir esta recomendação.

Existem diversos estudos científicos que comprovam que higienização das mãos atua diretamente na prevenção da transmissão das infecções. Independente do setor em que o paciente se encontre, seja no pronto-socorro, enfermaria ou unidade de terapia intensiva (UTI) deve-se sempre aderir ao procedimento da higienização das mãos ao simples contato com o paciente ou com objetos e superfícies.

A limpeza do ambiente também é considerada parte importante no controle da transmissão das infecções, incluindo pisos, paredes, macas, cadeiras de rodas e mobília do quarto. As superfícies e objetos devem ser sempre limpos e, em algumas situações, também desinfetados. Porém, o principal meio capaz de transportar os micro-organismos dos objetos e superfícies contaminadas para os pacientes, são as mãos.

Todos devem conhecer e se conscientizar da importância da higienização das mãos no atendimento prestado. Este procedimento resulta em qualidade e segurança ao paciente.

As mãos podem ser higienizadas com água e sabão ou com solução alcoólica (por exemplo: álcool gel) quando estiverem limpas. O importante é friccionar todas as superfícies das mãos (palmas, dorso, dedos e dedão, ponta dos dedos e punhos).

Depois de higienizar as mãos com solução alcoólica, é preciso deixar que elas sequem naturalmente, não sendo necessário o uso de papel toalha.

Deve-se evitar higienizar as mãos com água e sabão seguido de solução alcoólica, pois isto facilita o ressecamento da pele.

Existe taxa “zero” de infecção?

Atualmente essa é uma discussão mundial.

Não existe percentual de IRAS aceitável em nenhum hospital do mundo. Ninguém deseja adquirir uma infecção. Porém, como foi explicado anteriormente, existem alguns fatores do próprio paciente que contribuem para a aquisição de uma infecção (idade, diabetes, obesidade...). Assim, algumas infecções podem resultar de complicações naturais do próprio paciente.

Dados nacionais e internacionais comprovam que as taxas de infecção reduzem significativamente com a implantação de um programa de medidas de prevenção de infecção, o qual já é obrigatório em nosso país.

É importante que se adotem medidas de boas práticas na assistência prestada ao paciente com o intuito de se evitar ou diminuir os riscos de adquirir uma infecção.

Adquirir uma infecção: e agora?

As IRAS são processos infecciosos que se tratadas logo no começo e adequadamente têm cura. Qualquer infecção deve ser tratada com acompanhamento médico. Somente o médico pode decidir as opções terapêuticas para o tratamento das infecções, como antibióticos ou antifúngicos.

O uso indevido de medicamentos, como por exemplo, os antibióticos podem provocar efeitos inesperados se utilizados incorretamente, podendo causar desde reação alérgica a lesão de órgãos internos, como fígado e rins. Além disso, o uso indevido de antibióticos pode promover a ocorrência de resistência dos micro-organismos, fazendo com que os efeitos deste tipo de medicamento não atinja o resultado esperado.

Podem-se comparar as taxas de IRAS entre os diferentes hospitais?

Os hospitais possuem diferentes tipos de atendimentos e de pacientes. Alguns hospitais têm atendimento especializado, como hospital voltado ao atendimento cardíaco, ortopédico, pediátrico, queimados ou maternidade.

Devido ao fato de cada doença possuir um grau diferente de risco de infecção, torna-se desnecessário fazer um comparativo entre os hospitais. Por exemplo: uma unidade de queimados possui maior risco de infecção que uma unidade cardiológica, assim como uma unidade de cuidados intensivos pediátrico possui maior risco que uma unidade de clínica médica.

Como o paciente, visitante e acompanhante pode ajudar na prevenção de infecção?

Desde 2004 a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem visto a segurança do cuidado ao paciente como uma prioridade de saúde pública mundial. Exemplo disso é a criação de campanhas internacionais que visam melhorar a qualidade e segurança dos serviços prestados, envolvendo o paciente e seus familiares no processo do cuidar.

O paciente e a família devem ter participação na tomada de decisões sobre o processo de tratamento da doença, sendo de grande importância o envolvimento do paciente junto à equipe de saúde. Ao se sentir parte integrante da equipe de saúde, o paciente passa a compor o “time de saúde” podendo assim, contribuir com a segurança do seu próprio cuidado.

Algumas recomendações importantes devem ser seguidas pelos pacientes e seus familiares para contribuir para a qualidade da assistência e a segurança do cuidado:

- Tornar-se informado sobre sua doença, fazendo perguntas relacionadas ao tratamento;
- Envolver um membro da família para estar acompanhando o tratamento;

- Higienizar as mãos sempre que necessário;
- Solicitar à equipe de saúde que higienize as mãos quando necessário;
- Comunicar à equipe de saúde qualquer alteração relacionada ao cateter ou curativo;
- Solicitar a familiares e amigos a não visitarem caso estejam doentes;
- Evitar tocar olhos, nariz e boca;
- Cobrir nariz e boca com papel descartável quando tossir ou espirrar, desprezando após o uso;
- Se for fumante, tentar suspender o fumo;
- Vacinar-se anualmente contra gripe.

A qualidade na assistência prestada nos serviços de saúde depende da atenção dos profissionais, mas também do envolvimento apropriado do paciente e sua família. A parceria entre paciente, familiares e profissionais de saúde contribui para o sucesso do tratamento!

Priscila Fernanda da Silva (1)

Profa. Dra. Maria Clara Padoveze (2)

(1) Enfermeira. Serviço de Controle de Infecção Hospitalar. Hospital do Coração. São Paulo.

(2) Profa. Dra. do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Bibliografia consultada

1. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Higienização das mãos em serviços de saúde. Brasília/DF: 2007. disponível em <http://www.anvisa.gov.br> [acesso em julho de 2011].
2. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria nº 2.616/MS/GM, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de maio de 1998. disponível em http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/2616_98.htm [acesso em agosto de 2011].
3. Centro de Vigilância Epidemiológica Prof. Alexandre Vranjac. disponível em http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/ih/if_publico.htm [acesso em agosto de 2011].

4. Improving Care Search Centre. disponível em <http://www.patientsforpatientsafety.ca/English/Pages/default.aspx> [acesso em setembro de 2011].
5. Medeiros, EAS, Wey, SB, Guerra C. Diretrizes para a prevenção e o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Comissão de Epidemiologia Hospitalar, Hospital São Paulo, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2005.
6. National Center for Patient Safety (NCPS). United States Department of Veterans Affairs. Infection: Don't Pass It On. disponível em <http://www.publichealth.va.gov/infectiondontpassiton> [acesso em setembro de 2011].
7. Pereira, CR. Guia para higiene das mãos em serviços de assistência à saúde. APECIH. Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. São Paulo: APECIH, 2003. 4 p.
8. World Health Organization (WHO). Patients for Patient Safety – Statement of Case. How patient engagement became a priority. disponível em: http://www.who.int/patientsafety/patients_for_patient/statement/en/index.html [acesso em agosto de 2011].
9. World Health Organization (WHO). Prevention of hospital-acquired infections. disponível em <http://WHO/CDS/CSR/EPH/2002.12> [acesso em agosto de 2011].